


A política social na formação curricular do serviço social brasileiro¹

Social Policy in the Curriculum Formation of Brazilian Social Work

Henrique WELLEN*

 <https://orcid.org/0000-0002-4787-5918>

Ozileia Cardoso da SILVA**

 <https://orcid.org/0009-0004-8572-2877>

Raída Venceslau de Oliveira RODRIGUES***

 <https://orcid.org/0000-0009-6497-7982>

Resumo: Objetivou-se analisar expressões centrais das diferentes abordagens sobre as políticas sociais dentro da literatura acadêmica utilizada em cursos de graduação em Serviço Social no Brasil. Para tanto, buscou-se identificar e caracterizar as principais referências teóricas sobre políticas sociais que estão presentes na formação curricular destes cursos, a partir de uma análise documental. Os resultados são apresentados com base na apreensão de três aspectos centrais: a predominância da discussão de políticas sociais em períodos curriculares; a relação da formação em políticas sociais com os núcleos de formação (da ABEPSS); e as referências bibliográficas mais utilizadas em componentes curriculares de política social mais presentes nos cursos de graduação.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Serviço Social. Formação curricular.

Abstract: The objective was to analyse central expressions of the different approaches to social policies within the academic literature used in undergraduate courses in Social Work in Brazil. Therefore, we sought to identify and characterize the main theoretical references on social policies that are present in the curriculum of these courses, based on a documental analysis. The results are presented based on the apprehension of three central aspects: the predominance of the discussion of social policies in curricular periods; the relationship between training in social policies and formation nucleus (from ABEPSS); and the most used bibliographical references in social policy curriculum components more present in undergraduate courses.

Keywords: Social politics. Social service. Academic education.

Submetido em: 7/5/2023. Revisto em: 10/11/2023. Aceito em: 21/11/2023.

¹ Este artigo resultou de pesquisa financiada com bolsa de produtividade (CNPq) e com bolsa de iniciação científica (CNPq/UFRN).

* Administrador. Doutor em Serviço Social. Pós-Doutor em Teoria Política. Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Campus Universitário Lagoa Nova, CEP.: 22290-240, Natal (RN). E-mail: harw@uol.com.br.

** Assistente Social. Mestra em Serviço Social. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN, Natal, Brasil). Campus Universitário Lagoa Nova, Natal (RN), CEP.: 22290-240. Assistente Social do Conselho Municipal de Assistência Social de Natal (CMAS, Natal, Brasil). Rua Trairi, 784, Petrópolis, Natal (RN), CEP. 59.020-150. E-mail: ozileiacardoso@gmail.com.

*** Administradora. Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (UFRN, Natal, Brasil). Campus Universitário Lagoa Nova, Natal (RN), CEP. 22290-240. E-mail: raida_venceslau@yahoo.com.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

INTRODUÇÃO

A análise acerca das políticas sociais dentro do Serviço Social brasileiro apresenta uma complexidade importante, que, dentre outros elementos, remete à multiplicidade de funcionalidades deste fenômeno. A partir da apreensão desta literatura, observa-se que é praticamente impossível indicar-se uma funcionalidade unívoca para as políticas sociais, visto que estas apontam para movimentos contraditórios, que, por exemplo, tanto incidem sobre as lutas de classes, como sobre o processo de acumulação capitalista.

O artigo aqui apresentado resulta de pesquisa realizada sobre essa temática, que pretendeu analisar expressões centrais do estudo das políticas sociais dentro da literatura acadêmica do Serviço Social brasileiro². Na primeira parte da pesquisa realizada pretendeu-se identificar e caracterizar as principais referências teóricas sobre políticas sociais que estão presentes na formação acadêmica de cursos de graduação em Serviço Social.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa essencialmente teórica, em que os resultados preliminares foram subsidiados por análise documental a partir do levantamento dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social de universidades públicas brasileiras e as respectivas ementas das disciplinas sobre Política Social e/ou correlatas. Assim, se buscou, primeiramente, a identificação das Instituições Públicas de Ensino Superiores Brasileiras (IES), por meio do portal eletrônico E-MEC, que apresentassem o curso de Serviço Social na modalidade presencial (vale salientar que, na rede pública, este curso não foi identificado na modalidade à distância). Tais instituições totalizaram o número de sessenta e quatro, e, a partir disso, realizou-se uma filtragem atualizada para identificar quantas e quais destas instituições ofereciam o curso de Serviço Social em suas grades de cursos. Após essa identificação, foi feita uma busca pelos cursos de Serviço Social ativos nessas instituições³.

A análise, por conseguinte, foi realizada a partir dos Projetos Pedagógicos de cursos em Serviço Social, para fins de identificação das ementas, especificamente, das disciplinas sobre Política Social e/ou Política Pública, bem como a grade curricular e programas das disciplinas e análise dos núcleos estruturantes. A investigação seguiu com o intuito de identificar o referencial teórico relativo à temática da Política Social nas bibliografias indicadas. Essa etapa de pesquisa voltou-se principalmente para identificar e classificar as principais referências bibliográficas e seus respectivos autores no âmbito do Serviço Social.

É importante mencionar que, em relação à estrutura curricular dos cursos, foram analisados os respectivos períodos em que as disciplinas relativas à temática de política social são ofertadas, e por meio dos Projetos Pedagógicos do Curso, buscou-se a identificação quanto à vinculação aos núcleos de formação, conforme a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa

² A pesquisa que serviu de base para a construção deste artigo está cadastrada no CNPq e recebe incentivo financeiro, por meio de bolsa de produtividade. Além disso, também apresenta cadastro na universidade de origem, contando com participação de discentes de graduação, via plano de trabalho de iniciação científica, assim como discentes de pós-graduação, em realização de pesquisa de doutorado.

³ Para isso, se procedeu ao levantamento nas páginas eletrônicas das universidades, e constatou-se que, das sessenta e quatro IES, dezoito delas não apresentavam claros e/ou disponíveis os documentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa, quais sejam: ementas das disciplinas relativas à *Política Social* ou *Política Pública*, *Projeto Pedagógico do Curso* e *estrutura curricular das disciplinas*. De modo que se fez necessário o contato via e-mail com as respectivas IES, solicitando as ementas das disciplinas de Política Social/Política Pública, e também o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Mesmo assim, no entanto, das dezoito solicitações, foram obtidas apenas oito respostas.

em Serviço Social (ABEPSS) (*Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*).

A partir da pesquisa documental, os dados foram tabulados em tabelas (*Excel*), apresentando a identificação por IES e as bibliografias referenciadas, além da identificação por título da disciplina, autores/as, quantidade em que aparece, o período e o núcleo referente. Assim, objetivou-se identificar e analisar as presenças quanto às referências teóricas no que diz respeito ao ensino-aprendizagem sobre a temática da Política social na formação profissional de Serviço Social em nível de graduação.

Em seguida, os resultados preliminares do percurso investigativo relativo ao primeiro objetivo da pesquisa mencionada foram apresentados, a partir das análises de três aspectos centrais: 1) *predominância da discussão de políticas sociais em períodos curriculares*; 2) *relação da formação em políticas sociais com os Núcleos de Formação (da ABEPSS)*; e 3) *referências bibliográficas mais utilizadas em componentes curriculares de política social mais presentes nos cursos de graduação*.

Esse é, portanto, o universo de discussão no qual se inscreve a proposta deste artigo, delimitando-se à análise sobre os referenciais teóricos do Serviço Social acerca da política social. Assim sendo, neste artigo propôs-se, no primeiro momento, uma problematização a partir do debate teórico presente no Serviço Social sobre a política social, situando-a na relação contraditória entre a intervenção do Estado e o processo de acumulação capitalista. Posteriormente, são apresentadas as conexões dos resultados preliminares da pesquisa, alcançados no processo investigativo, referentes aos três aspectos anteriormente indicados.

2 POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES

O debate em torno da Política Social tem se constituído em campo privilegiado de intervenção e discussão para o Serviço Social, com destaque para a centralidade no que diz respeito ao enfrentamento da “questão social”. O campo da política social se constitui, portanto, como uma das referências centrais do próprio desenvolvimento histórico desta profissão no cenário brasileiro (Sposati, 2007).

O Serviço Social, ao se consolidar também, especialmente nas últimas décadas, como área especializada de produção de conhecimento (Netto, 2010), – o que é constatado a partir de sua reconhecida produção teórica –, tem se constituído em campo de referência teórico-analítico sobre a temática, sobretudo, na relação com as condições de reprodução de vida da classe trabalhadora. Behring (2006) aponta nesta direção, ao afirmar que “[...] o serviço social brasileiro, a partir de meados dos anos 80, passou a ter uma consistente produção sobre esse tema, que supera largamente as tendências descritivas e pragmáticas do passado” (Behring, 2006, p. 13). De modo que é inconteste, na atualidade, o caráter adensado e aprofundado das análises teóricas e das práticas interventivas relativas a essa categoria, tanto como determinação profissional, quanto como área de conhecimento (Wellen, 2021).

Pereira (2005) afirma que, hoje, as mudanças são mais expressivas na área, porém, estas aconteceram não relativamente a quantidades, mas à qualidade das pesquisas a partir das “[...] condições materiais, institucionais, organizativas, financeiras e intelectuais, necessárias à

maioridade investigativa da profissão” (Pereira, 2005, p. 20). Essa autora destaca, ainda, como condição favorável para o aumento na produção científica no Serviço Social brasileiro, a criação e a ampliação dos cursos de pós-graduação, trazendo com isso mais relevância ao reconhecimento das pesquisas; o intercâmbio nacional e internacional; e a importância que o processo de redemocratização do país teve sobre o amadurecimento profissional.

Ao longo do seu processo histórico, o Serviço Social brasileiro tem se consolidado não apenas por um amplo processo de desenvolvimento do seu caráter interventivo, como também tem ampliado o escopo e a profundidade da análise crítica acerca dos processos sociais (Mota, 2013), com destaque para a relação entre as complexas funcionalidades das políticas sociais. O debate sobre as funcionalidades centrais das políticas sociais, por sua vez, revela tanto uma assimilação teórica crítica – hegemonicamente lastreada por autores e ideias pertencentes à tradição marxista – como uma contextualização histórica e social que incide sobre elas.

Na análise da relação entre Política Social e Serviço Social no Brasil, segundo Behring e Boschetti (2011), o período histórico de 1930 demarca o crescimento da intervenção estatal. O destaque sobre a intervenção estatal é importante porque as políticas sociais operam não apenas entre a mediação do Estado com a sociedade, mas a partir da relação entre capital e trabalho. Nesse sentido, Netto (2011) afirma que, com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, a dinâmica de reprodução da economia (capital), exigiu uma mudança funcional e estrutural da intervenção do Estado – suas funções políticas imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. Assim, se

[...] no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (Netto, 2011, p. 26).

Com isso, as mediações entre as políticas sociais e o Estado, por seu turno, também impactam nas relações entre a questão social e o próprio Serviço Social. Isso porque as políticas sociais, nas suas relações com o Estado, influenciam nas expressões da “questão social”, apontada como objeto de atuação dos assistentes sociais. Essa complexa e contraditória dinâmica também se revela na análise entre as políticas sociais e a constituição do Serviço Social como categoria profissional, como é possível observar a partir das análises de autores influentes do Serviço Social brasileiro, nas quais comparecem posições teóricas distintas.

Por exemplo, para Netto, a emergência da profissão tem um marco histórico-social específico, no qual a necessidade de operacionalização de políticas sociais demandou um agente especializado – o profissional de Serviço Social. Sendo, portanto, a “[...] criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho [...]” (Netto, 2011, p. 70) que efetivamente constitui o fundamento da profissionalização do Serviço Social.

O autor citado aponta para a vinculação entre esta constituição profissional e a emergência das políticas sociais a partir da dinâmica monopolista do capital. Para ele, a prática profissional do Serviço Social foi constituída a partir da necessidade operativa das políticas sociais, as quais, por sua vez, demandaram a estruturação de um mercado de trabalho, e, assim, “[...] é a existência deste espaço que leva à constituição profissional” (Netto, 2011, p. 73).

Com isso, segundo o autor, as condições histórico-sociais para a profissionalização do Serviço Social somente se gestaram na *ordem societária comandada pelo monopólio*. Portanto, em seus termos, “[...] a constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais [...] é que abre a via para compreender simultaneamente a continuidade e a ruptura, antes aludidas, que assinalam a profissionalização do Serviço Social” (Netto, 2011, p. 75).

O referido autor também elucida que não se trata de questionar a relação da política social com a “questão social”, mas de situar a análise sobre um lastro específico de intervenção estatal na história do desenvolvimento contraditório do capitalismo – a *dinâmica da ordem monopólica* a partir da necessidade de preservação e controle da força de trabalho. No seu entendimento, as políticas sociais conformam a base da institucionalização profissional do Serviço Social; são elas que constituem a tipificação das modalidades por meio das quais o Estado burguês se defronta com a “questão social”.

Já para Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social é uma das “[...] categorias profissionais envolvidas na implementação de políticas sociais [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84), mas a base de sua legitimação se situa sob a chamada “questão social”⁴. A emergência da prática profissional estaria, sob essa perspectiva, intimamente vinculada aos processos de enfrentamento à “questão social”.

Destarte, a seu ver, esse reconhecimento resultou de um processo de “[...] formação e desenvolvimento da classe operária e de ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84). O que se consistiu em “[...] manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84). Assim, o Estado passou a gerir “[...] a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 84).

As visões distintas dos autores anteriormente citados ilustram, portanto, a presença de divergências analíticas na relação entre questão social e a sua respectiva conexão com as políticas sociais e com o Serviço Social. Faz-se possível destacar esse fato porque

[...] a análise acerca da contraditória funcionalidade das políticas sociais para o modo de produção capitalista, tanto nas suas implicações de harmonização social como na sua serventia para incrementar a acumulação capitalista (especialmente com base na reprodução da força de trabalho e no estímulo ao consumo de mercadorias), rebate na reflexão acerca da relação dos Assistentes Sociais com essa dinâmica. Isso porque, a ausência de uma funcionalidade unívoca das políticas sociais remete ao próprio

⁴ É também importante pontuar que, no âmbito do Serviço Social, há divergências de perspectiva acerca da relação entre a profissão e a “questão social”. No entanto, não nos deteremos nessa questão porque, neste momento, excede os limites da proposta deste artigo. Como indicação aproximativa ao debate, conferir a Revista Temporalis, n. 3 (2001) da ABEPSS.

desenvolvimento das relações entre o Estado e a sociedade. Fato este que se torna mais explícito a partir de momentos de crises e depressões econômicas (Wellen, 2021, p. 140).

De forma geral, observa-se uma múltipla causalidade das políticas sociais no âmbito da sociedade burguesa, que se constitui de forma contraditória e estruturante, visto que a funcionalidade da política social tanto pode servir para beneficiar o processo de acumulação capitalista, como também para instrumentalizar a luta da classe trabalhadora. Tal condição, nos termos de Pastorini (1997), se refere à apreensão da política social “[...] como espaço e consequência das lutas sociais (e de classes) e como uma unidade político-econômico-social” (Pastorini, 1997, p. 81). Nessa direção, reitera-se que

[...] as políticas sociais não podem ser pensadas como produto de uma relação unilinear, onde o movimento parta do Estado para a sociedade civil (‘concessão’), ou vice-versa, da sociedade civil para o Estado (‘conquista’), mas, pelo contrário, que essa relação deve ser vista como um processo dialético, contraditório e de luta entre diferentes setores sociais (Pastorini, 1997, p. 81).

E, no entendimento de Faleiros (2009, p. 64-65), elucida-se que

O Estado capitalista não realiza a política dos capitalistas, individualmente tomados. Ele realiza os ‘interesses gerais do capital’, como uma instituição especial, independente dos capitais individuais. Isso o coloca numa situação contraditória, obrigando-o a realizar compromisso entre as distintas frações da burguesia (por exemplo, entre o financeiro e o industrial), entre as exigências do capital como um todo e as pressões dos trabalhadores e de outras forças sociais (Faleiros, 2009, p. 64-65).

Nesse sentido, Boschetti (2010) recomenda que se deva “[...] reconhecer que os direitos sociais são capitalistas e sua ampliação não assegura a emancipação humana, mas [que] podem contribuir para criar as condições materiais para melhoria das condições de vida [...]” (Boschetti, 2010, p. 68), o debate da política social é também situado na direção de superação das correntes analíticas que se circunscreveram em vieses unilaterais nos estudos a ela referidos. Portanto, segundo Behring (2007), “[...] é preciso considerar a política social como síntese de múltiplas determinações [...] superando os reducionismos economicistas, politicistas e de outras espécies” (Behring, 2007, p. 28).

Vieses esses que, conforme Pastorini (1997), uma vez situados dentro de uma perspectiva tradicional, concebem as políticas sociais como mecanismos estatais de redistribuição da renda social, para fins de reequilíbrio social, com vistas à reversão das desigualdades sociais. Neles, a política social é apreendida como alternativa mediada pelo Estado frente às desigualdades empreendidas por esta sociedade. Essa é uma compreensão, para a autora citada, que acarretou complicadas implicações, sobretudo ideológicas, dado o entendimento de que a política social consistiria em mera *concessão* do Estado, e este, por sua vez, apreendido como uma esfera *neutra* e, assim, isenta de conflitos de interesses, teria por objetivo primeiro e último assegurar a provisão social, a busca do *bem comum* de sua população, especialmente daqueles despendidos pelo mercado.

A seu ver, a política social deve ser vista como “[...] um produto concreto do desenvolvimento capitalista, de suas contradições, da acumulação crescente do capital e, portanto, um produto histórico” (Pastorini, 1997, p. 85). Logo, “[...] não podem ser pensadas como meras concessões

por parte do Estado [...]” (Pastorini, 1997, p. 86), uma vez que se constitui na relação entre “[...] as classes hegemônicas, o Estado intermediador e hegemônico pelas classes dominantes e as classes trabalhadoras e subalternas como beneficiários das políticas sociais” (Pastorini, 1997, p. 86).

Já, conforme Moser e Mulinari (2017), “[...] a proteção social se configura através de políticas sociais públicas que devem ser garantidas pelo Estado [...]” (Moser; Mulinari, 2017, p. 1), e, portanto, sob esse pressuposto, as políticas sociais, como materialização dos direitos sociais, possuem dimensão à satisfação das necessidades sociais dos trabalhadores. Todavia, estes fenômenos têm sido historicamente modificados em razão da subordinação às exigências da reprodução social do capital.

Nesse sentido, as supressões do acesso a bens e serviços sociais – que desde o capitalismo monopolista requeriam o financiamento de fundos públicos como partícipes da reprodução do trabalhador – convertem-se atualmente em negócios privados e lucrativos, adquiridos pelos trabalhadores e suas famílias mediante a compra com parte dos seus míseros salários (Mota; Tavares, 2016, p. 246).

As indicações anteriores apontam, portanto, para a complexidade acerca da análise das políticas sociais. Como já indicado, é praticamente impossível delimitar um sentido unívoco para este fenômeno, visto que, dentre outras facetas, as políticas sociais tanto incidem em conquistas das lutas da classe trabalhadora, como em formas de controle social e de incremento do processo de acumulação capitalista.

Nas referências teóricas anteriormente citadas, o que se altera não é, de forma geral, a constatação deste fato, mas uma variação do foco da análise, em que se apresentam alguns elementos de forma mais destacada. A depender da perspectiva adotada nas diferentes abordagens realizadas, as análises das políticas sociais podem destacar, por exemplo, determinações econômicas, políticas, ideológicas ou administrativas. Dessa forma, não apenas o enfoque em alguns destes direcionamentos analíticos não se reproduz em uma univocidade das funcionalidades das políticas sociais, como eles terminam revelando-se em prioridades de categorias e de análises.

Dentro da formação acadêmica de cursos de graduação em Serviço Social no Brasil é possível observar tanto a presença de referências bibliográficas com abordagens analíticas diferentes, como significativas manifestações específicas de seus currículos.

A POLÍTICA SOCIAL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

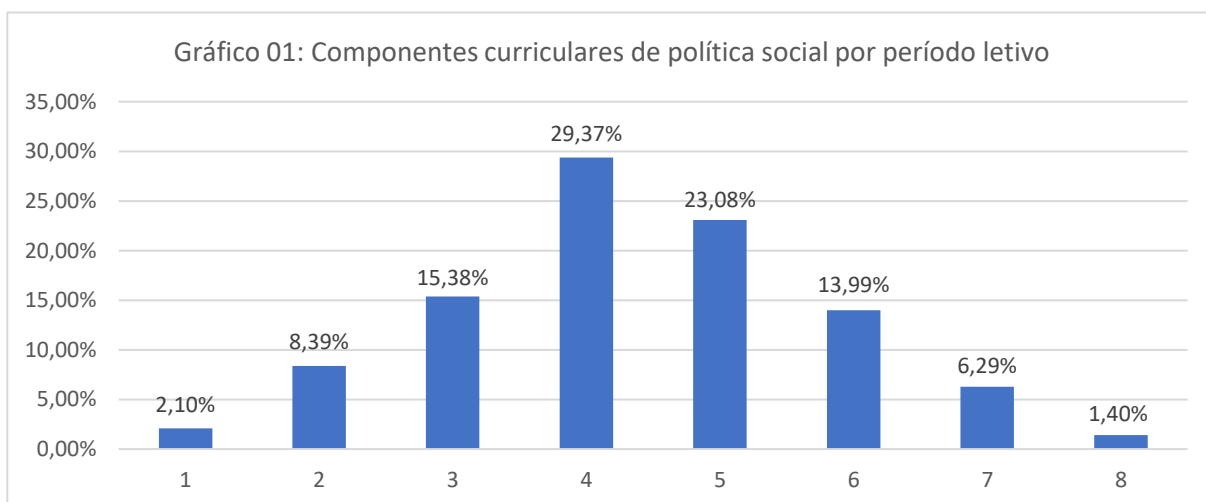
Tendo como foco as variações analíticas presentes no debate teórico da política social no Serviço Social brasileiro, buscou-se identificar e caracterizar a recorrência e/ou predominância das principais referências teóricas no âmbito da formação acadêmica. Para tanto, objetivou-se apreender algumas determinações importantes que consubstanciam esse processo de formação em componentes curriculares de cursos de Serviço Social de instituições públicas de ensino, partindo de seus projetos político-pedagógicos e ementas curriculares. Destacam-se os seguintes resultados.

Predominância da discussão de políticas sociais em períodos curriculares

Conforme se observa no gráfico 1, no que diz respeito à incidência da presença da política social no decurso formativo do/a assistente social, constatamos, por meio da pesquisa empreendida, a predominância da discussão desta temática em momento temporal intermediário da formação do curso de graduação. As maiores relevâncias de formação em políticas sociais apareceram, respectivamente, no quarto (29,37%) e no quinto (23,08%) períodos dos cursos de Serviço Social. O momento de maior presença da política social na formação acadêmica de graduação tem seu ápice, portanto, na metade do curso. Além disso, a manifestação de um movimento senoidal nesta dinâmica reforça a relevância do momento intermediário desta formação.

Ocorre um gradativo crescimento da presença da política social na formação acadêmica, com cerca de 2% no primeiro período, passando para um pouco mais de 8% no segundo período e chegando a 15,38% no terceiro período. Essa ascensão tem o seu ápice no quarto período, com quase 30% e, em seguida, começa a decrescer de forma significativa depois do quinto período. Quando comparados os dois movimentos (crescimento e decréscimo), percebe-se também uma diminuição mais expressiva na segunda parte, indicando um gradativo desaparecimento da abordagem da política social a partir do sexto e do sétimo períodos letivos.

Em síntese, percebe-se que a política social aparece como uma temática de importância formativa em componentes curriculares de cursos de Serviço Social no Brasil especialmente a partir do terceiro semestre e que essa relevância se esvai gradativamente a partir do sexto período. Além de indicar uma situação formativa que requer assimilação de fundamentos teóricos e metodológicos para ser estudada, a variação da presença da temática da política social nos semestres acadêmicos anteriormente citados também aponta para um distanciamento em relação a temas mais específicos da formação do trabalho profissional.



Fonte: Gráfico produzido a partir de dados extraídos de pesquisa própria, com projetos curriculares e ementas de cursos presenciais de graduação de Serviço Social de IFES públicas brasileiras

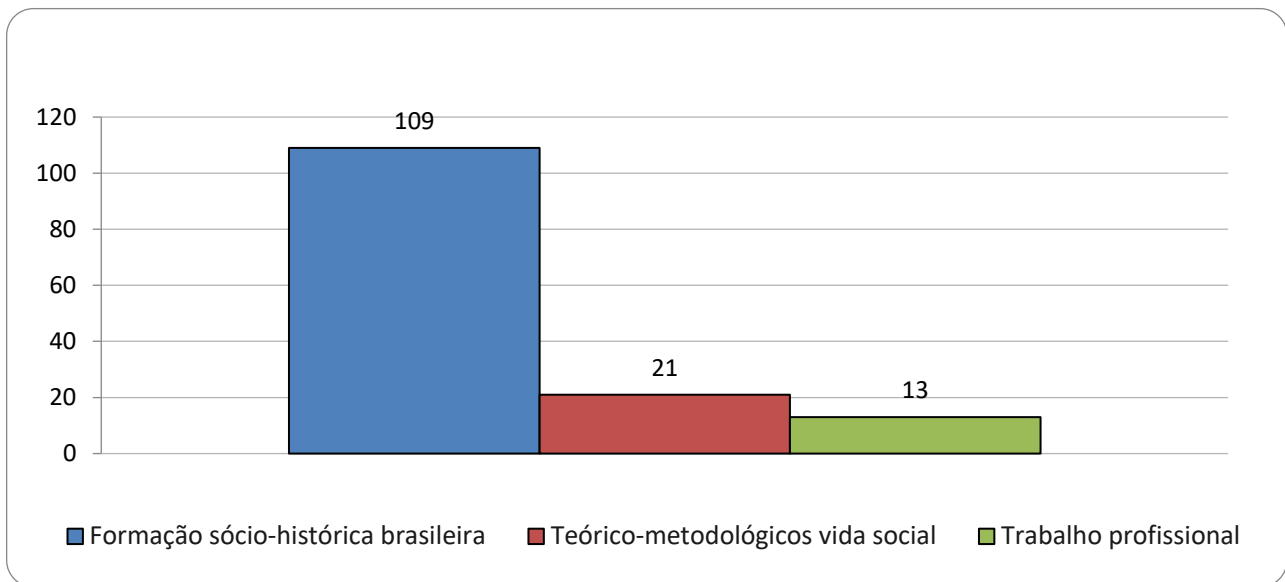
De forma geral, visualiza-se que os dados apresentados no gráfico 01 apontam para uma classificação da temática, sobretudo, vinculada ao campo dos fundamentos teóricos da profissão, em que pese a vinculação da política social como locus privilegiado da atuação profissional, cuja discussão sob sua particularidade se situa nos períodos subsequentes ao quarto período. A partir disso, pode se inferir a vinculação da formação em política social com

os núcleos de formação, presentes nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/1996, e que se encontram apresentados no gráfico 2.

Relação da formação em políticas sociais com os Núcleos de Formação

O gráfico 2 ilustra, portanto, como, nos Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior pesquisadas, ocorre a distribuição das disciplinas de Política social por cada núcleo articulador da formação. Assim, conecta-se a presença da temática da política social nos três núcleos estruturantes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), quais sejam: 1. *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*; 2. *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*; e 3. *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*.

Gráfico 2: Componentes curriculares de política social por núcleo de formação



Fonte: Gráfico produzido a partir de dados extraídos de pesquisa própria, com projetos curriculares e ementas de cursos presenciais de graduação de Serviço Social de IFES públicas brasileiras

Nestes núcleos se destaca a centralidade relativa ao Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, em que se concentra a maioria das disciplinas de Política Social e/ou correlatas. Conforme a ABEPSS (1997), esse núcleo

[...] remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 11-12).

Nessa perspectiva, a referência majoritária a esse núcleo é indicativa de que a análise da política social se direciona para as particularidades das determinações do modo de produção capitalista na realidade brasileira, ou seja, sobre os impactos econômicos, sociais e políticos das relações sociais capitalistas, e de como eles se desdobram nas configurações das políticas e direitos sociais no desenvolvimento histórico brasileiro. Esses impactos se manifestam nas expressões da “questão social” e, por conseguinte, se relacionam com o Serviço Social, uma

vez que, de acordo com as Diretrizes Curriculares (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996), o fundamento da existência da profissão de assistente social se situa na relação desta com a “questão social” e o seu enfrentamento.

Faz-se também necessário destacar que, em que pese a relevância da articulação identificada, ou seja, a relação da temática da política social com as determinações da realidade social concreta, o dado também é revelador, ao que nos parece, de uma contraposição nessa relação entre os eixos, demarcando uma diminuta expressão da temática relativa ao eixo do *Trabalho profissional*.

Relacionando os dados do gráfico 02 com a perspectiva da política social como o campo no qual se materializam as demandas e intervenções profissionais, a relação entre o trabalho profissional e a política social não se configura de maneira explícita, mas, antes, subsumida ao entrelaçamento entre a profissão e a “questão social”. Essa última, como mencionado no tópico anterior deste artigo, é apresentada como fundamento básico do Serviço Social, a partir da perspectiva sustentada por Yamamoto e Carvalho (2014).

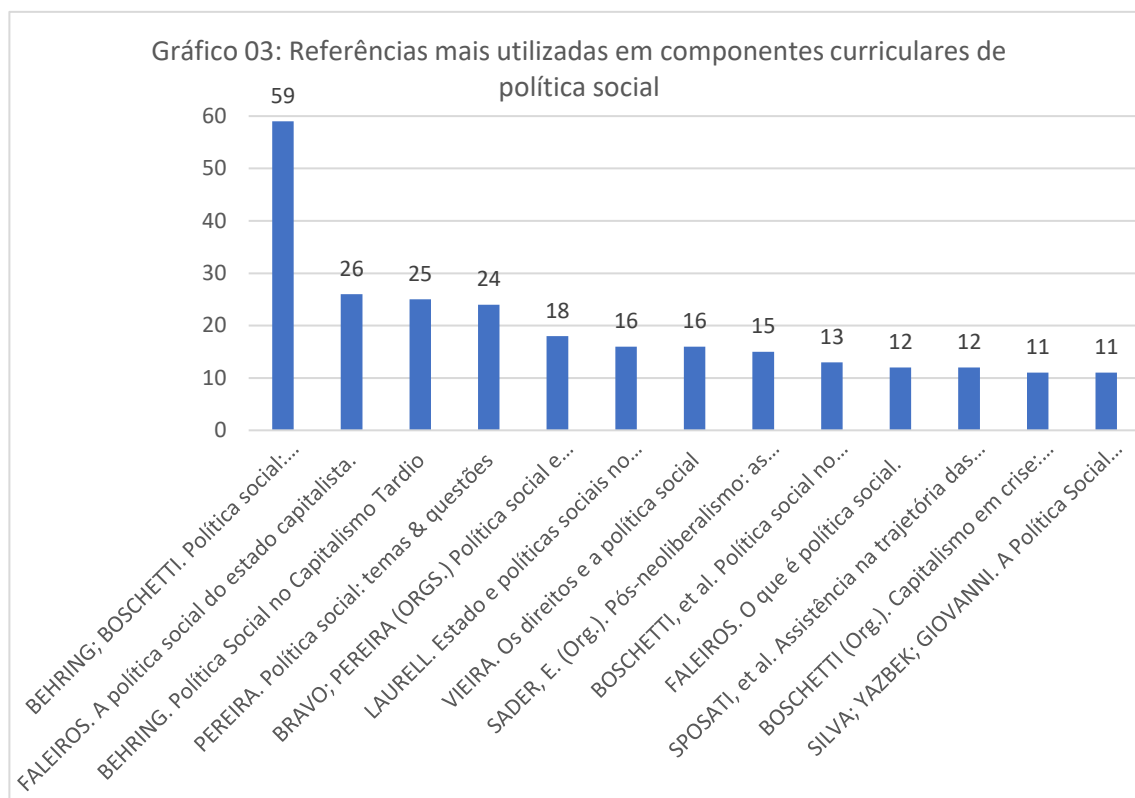
Trata-se, portanto, de uma questão que remete à própria base de constituição do Serviço Social e, conseqüentemente, ao objeto de sua atuação. No interior desse debate (conforme visto no tópico anterior), observam-se dissonâncias em relação às determinações que envolvem o processo de profissionalização do Serviço Social, especialmente quando esta base constitutiva é relacionada com a política social. Como visto anteriormente, para exemplificar algumas distinções acerca desta análise, indicamos brevemente especificidades das posições de Netto (2011) e de Yamamoto e Carvalho (2014).

Diante das problematizações oferecidas por esses autores, observa-se que as diferenciações entre ambas as perspectivas são reveladoras da complexa e contraditória dinâmica que envolve o fenômeno da política social e, por sua vez, que se relaciona com a “questão social” e o desenvolvimento profissional do Serviço Social a partir do desenvolvimento histórica da sociedade burguesa.

Conforme indicam os dados no gráfico 2, a concentração da presença da temática da política social na formação em cursos de graduação de Serviço Social no núcleo 1, em detrimento do núcleo 3, indica uma prioridade ao trato analítico que deprecia a vinculação das políticas sociais como elemento constitutivo da profissão. Nos casos teóricos indicados anteriormente, aponta-se para uma hegemonia no processo formativo e, por conseguinte, na categoria profissional, que se encontra na esteira da análise de Yamamoto e Carvalho (2014).

Referências bibliográficas mais utilizadas em componentes curriculares de política social mais presentes nos cursos de graduação

No que diz respeito ao conjunto das referências bibliográficas mais utilizadas nos períodos curriculares dos cursos públicos de Serviço Social, destacam-se as autoras Elaine Behring e Ivanete Boschetti, com a produção *Política social: fundamentos e história*, cuja primeira publicação, pela Editora Cortez, é datada de 2006, compondo o conjunto da Biblioteca Básica do Serviço Social. Na pesquisa realizada, essa obra se apresenta como a referência de maior expressão sobre a temática na área de formação.

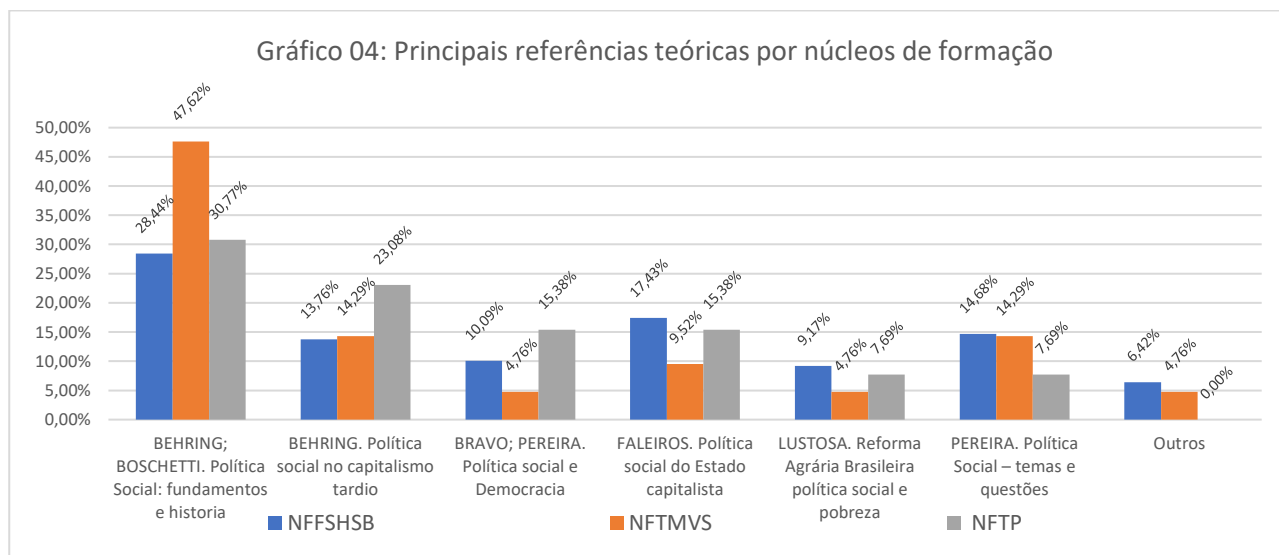


Fonte: Gráfico produzido a partir de dados extraídos de pesquisa própria, com projetos curriculares e ementas de cursos presenciais de graduação de Serviço Social de IFES públicas brasileiras.

Na sequência da maior utilização na formação de política social em cursos de graduação de Serviço Social, como se pode observar no gráfico 3, apresentam-se as referências de Vicente de Paula Faleiros e Potyara Pereira, respectivamente, com as obras: *A política social do estado capitalista* (1980) e *Política social: Temas & Questões* (2008); além da referência à obra *Política social no Capitalismo Tardio* (2007), também de autoria de Elaine Behring.

Ademais, também chama atenção à relação desses autores e suas respectivas obras, anteriormente mencionadas, com os núcleos de formação/ABEPSS, conforme demonstra o gráfico 4, acerca das incidências de tais referências teóricas por núcleo formativo.

No que diz respeito à referência a Elaine Behring e Ivanete Boschetti, com a produção *Política social: fundamentos e história*, observa-se a liderança desta obra em relação a todos os núcleos de formação. Não obstante, no Núcleo de Fundamentos Teórico-metodológicos da vida social, a utilização desta obra representa quase a mesma porcentagem que a soma de todas as outras referências utilizadas (47, 62%). Em relação aos Núcleos de Fundamentos do Trabalho Profissional e de Formação (30,77%), e de Fundamentos da Formação sócio-histórica brasileira (28,44%), essa porcentagem, mesmo diminuindo para menos de um terço, segue com destaque perante as demais.



Fonte: Gráfico produzido a partir de dados extraídos de pesquisa própria, com projetos curriculares e ementas de cursos presenciais de graduação de Serviço Social de IFES públicas brasileiras

Também podemos destacar duas outras referências teóricas, que, segundo a pesquisa realizada, apresentam dados importantes. Uma refere-se à obra *Política social no Capitalismo Tardio*, também de autoria de Elaine Behring, que apresenta uma incidência maior relacionada ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (23,08%) e a outra é o livro de Vicente de Paula Faleiros *A política social do estado capitalista*, com utilização mais significativa no Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira (17,43%). Ambas as obras se situam nas vices lideranças nestes respectivos núcleos de formação.

Por outro lado, os dados apresentados no gráfico 04 sugerem reflexões acerca do processo formativo das políticas sociais em cursos de Serviço Social. Em complementaridade às ponderações indicadas anteriormente (sobre a relação entre as abordagens das políticas sociais e os núcleos formativos), agora se observam conexões não lineares entre conteúdos e enfoques presentes nas referências teóricas e as suas respectivas utilizações a partir dos núcleos de formação. Obras que, por exemplo, possuem um enfoque mais voltado para a análise dos fundamentos do trabalho profissional tem uma maior relevância para o exame da formação sócio-histórico da sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas sociais dentro da literatura acadêmica do Serviço Social brasileiro indica a existência de distintas funcionalidades para este fenômeno. Dentre outras determinações, as políticas sociais tanto podem expressar conquistas históricas da classe trabalhadora, como formas de coerção social ou que visam incrementar o processo de acumulação capitalista. Todavia, mesmo que, dentro destas referências teóricas, não seja possível apreender um sentido unívoco para as políticas sociais, as variações de enfoque e perspectivas adotadas e priorizadas nestas obras também não passam despercebidas.

Em relação à formação curricular, os estudos da política social se concentram nos períodos letivos intermediários dos cursos de graduação em Serviço Social, com destaque para o quarto e o quinto semestres. Tal situação pressupõe tanto a necessidade de uma formação básica

prévia, a fim de permitir uma melhor assimilação de conteúdos desta temática, como também incide em distanciamento perante a temáticas com maior proximidade para a formação do trabalho profissional.

Essa assertiva torna-se mais fundamentada quando se observa que a maioria dos componentes curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social que aborda a temática das políticas sociais se insere no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Em decorrência deste fato, a análise sobre a profissionalização do Serviço Social está situada na relação desta com o enfrentamento da “questão social”. Nesse sentido, a política social operaria tão somente como um dos espaços de atuação do assistente social, diferente de uma perspectiva que atribui à política social a base da profissionalização do Serviço Social.

Por fim, destaca-se a importância da coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, com a obra de Behring e Boschetti, (*Política social: fundamentos e história*), para a formação acadêmica sobre política social. Conforme indicado, o grande destaque ocorre em relação ao núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social, e que a utilização desse livro é quase equivalente à soma de todos os outros que também abordam essa temática.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-abepss-1996-201608060342217709830.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BEHRING, E. R. **Política social no capitalismo tardio**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E. *et al.* Org.). **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional**. V. 1. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 13-39.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, I. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, I. *et al.*. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MOSER, L.; MULINARI, B. A. P. Proteção Social e Família: o caráter familista da política social no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de São Carlos, 2017.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área de conhecimento. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16nspe/o3.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MOTA, A. E.; TAVARES, M. A. Trabalho e expropriações contemporâneas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, Â. (Org.). **Cenários, contradições e pejeas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. Prefácio. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da assistência social: ensaio sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PEREIRA, P. A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. **Revista Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 4, p. 1-158, maio 2005.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). **Katálisis**. Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 15-25, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300002. Acesso em: 23 ago. 2022.

TEMPORALIS. Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

WELLEN, H. Política social e reprodução da força de trabalho: um dilema contemporâneo. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 139-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32939/23393>. Acesso em: 22 ago. 2022.

Henrique WELLEN Trabalhou na concepção, delineamento, análise e interpretação dos dados, na redação do artigo e na sua revisão crítica.

Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Possui Doutorado em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro -Brasil) e Pós-Doutorado em Teoria Política (Kent University - Inglaterra), é membro do conselho editorial de algumas revistas científicas, e autor de diversos artigos acadêmicos e livros, tais como: “Para a Crítica da 'Economia Solidária’” (Contribuição à crítica de “Economia Solidária” -Outras Expressões, 2012).

Ozileia Cardoso da SILVA Trabalhou na análise e interpretação dos dados, na redação do artigo e na sua revisão crítica.

Possui graduação (2015) e mestrado (2018) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Brasil. Doutoranda em Serviço Social (2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/UFRN. Integrou o Grupo de Estudos e Pesquisas em "Questão Social, Política Social e Serviço Social" (2013/2016) e, desde 2016, integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em "Trabalho, Ética e Direitos" - GEPTED/UFRN. É assistente social da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social do município de Natal/RN, com experiência profissional no campo de medidas socioeducativas em meio aberto e na assessoria técnico-profissional ao Conselho Municipal de Assistência Social. Temas de estudos principais: Serviço Social; Estado; Economia Política; Direitos; Política social; Reprodução da força de trabalho.

Raída Venceslau de Oliveira RODRIGUES Trabalhou na análise e interpretação dos dados e na redação do artigo.

Possui graduação de Administração (2013) e está concluindo a graduação em Serviço Social, egresso em 2019.1, ambas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em "Trabalho, Ética e Direitos" - GEPTED/UFRN e participou, como bolsista de iniciação científica, do projeto de pesquisa intitulado “Políticas Sociais e Reprodução da Força de Trabalho no Rio Grande do Norte”.
